

RECUPERAR O SALÁRIO DE MAIO DE 2001 + REAJUSTES TRIMESTRAIS

Fórum das Seis define índice de reajuste para campanha salarial

Na reunião do Fórum das Seis, realizada em 20 de março p.p., foram discutidas as deliberações das assembléias das entidades do Fórum, assim como a mobilização de docentes e funcionários das três Universidades Públicas Paulistas para a campanha salarial de 2003.

A avaliação é de que a insatisfação com o poder aquisitivo de nossos salários é generalizada e amplificada pela clara percepção de que o CRUESP tinha condições de ter atendido à solicitação apresentada pelas entidades de um reajuste de 4,6% no final do ano passado. Ao dizermos que esse reajuste é possível estamos nos fundamentando na situação financeira das universidades, com o aumento de arrecadação do ICMS pela anistia fiscal. Aos argumentos dos reitores de que esse aumento da arrecadação correspondia a uma “bolha” - aquela mesma bolha, já nossa velha conhecida, chamada em cena sempre que há aumento de arrecadação - respondemos com a proposta de um abono de 25%, que evitaria problemas financeiros para a universidade se realmente a arrecadação voltasse aos patamares inferiores. Ainda enfatizamos que só queríamos a parte que nos cabia no compromisso pactuado com o CRUESP em nossa data base de 2002, com revisões periódicas da arrecadação e do comprometimento do orçamento com os gastos com pessoal: os 25%. O nome não

nos importava, poderia ser abono, ou gratificação; no limite, se esses termos causassem algum incômodo, aceitaríamos um “mimo de natal”.

O resultado, conhecemos: nenhuma resposta, no sentido literal, isto é, nenhum depósito em nossas contas e nenhum ofício do CRUESP ao Fórum das Seis. Ao final do ano, a arrecadação do ICMS superou as previsões do CRUESP em 870 milhões, o que possibilitaria um ‘mimo’, não de 25, mas de 40%.

A consequência dessa postura do CRUESP foi um comprometimento do orçamento no ano de 2002 inferior às médias para o período 1995/2002. Alie-se a este quadro a projeção feita pela Secretaria da Fazenda: 8,4% de aumento nominal da arrecadação do ICMS e teremos o cenário: as previsões orçamentárias para o ano de 2003 apresentadas pelas reitorias e aprovadas pelos respectivos Conselhos Universitários apresentam índices de comprometimento com salários muito baixos: 76,52% para a média das três universidades.

Previsão de comprometimento com folha de pagamento em 2003

TOTAL	UNESP	UNICAMP	USP
%	%	%	%
76,52	78,40	79,51	74,34

ASSEMBLÉIA GERAL

Dia 27/03 (5ª feira), às 12h00, na Adunicamp

PAUTA:

1. Campanha Salarial
 - 1.1. Ato de Lançamento da Campanha no dia 10 de abril, com paralisação e debates;
 - 1.2. Definição da Pauta Complementar.
2. Discussão do PLC 9/99 (Alteração do Sistema Público de Previdência).
3. Escolha de Delegados para o Congresso da CUT (10º CECUT e 8º CONCUR).

ATENÇÃO PARA A MUDANÇA NA DATA DO INÍCIO DO CICLO DE DEBATES SOBRE PREVIDÊNCIA SOCIAL

A palestra do professor Belluzzo, como parte do Ciclo de Debates sobre Previdência Social, inicialmente marcada para o dia 25/03 (terça-feira), às 12 horas, foi adiada para o dia 26/03 (quarta-feira), também às 12 horas.

A razão do adiamento é que, por fazer parte da Comissão de Transição do Governo, o professor Belluzzo estará se reunindo, no dia 25/03, para discutir o PLC 9/99 (conhecido como PL 9).

Porém, a arrecadação do ICMS em janeiro e em fevereiro foi superior em 212 milhões às previsões da Secretaria da Fazenda, o que projeta para o ano de 2003 uma arrecadação 7,7% acima da previsão inicial e 17,7% superior à arrecadação de 2002.

O aumento da arrecadação tem a contrapartida da inflação: de maio/2002 a janeiro/2003 nossos salários perderam 13,8% de seu poder aquisitivo e em fevereiro perdemos mais 1,35%, segundo o ICDIEESE. Nossos salários em fevereiro já eram 17,13% menores do que os conquistados em maio de 2001.

Considerando a impossibilidade de prever o comportamento da inflação no período março/abril, inclusive pela guerra, o Fórum das Seis definiu a reivindicação para a campanha salarial de 2003:

1. Recuperação da perda inflacionária, estimada pelo ICDIEESE, do salário de maio/2001. Tendo em vista a evolução inflacionária, a expectativa é de um reajuste de 25% em maio de 2003.
2. Reajuste trimestral de salários pelo ICDIEESE a partir de maio/2003.

Definido o índice de reposição salarial a ser reivindicado, o Fórum discutiu o encaminhamento das discussões sobre a Pauta Complementar.

É importante lembrar que a Pauta Complementar entregue ao CRUESP em 2002 nem sequer chegou a ser discutida. Em função disto, o indicativo do Fórum é que se retome esta pauta como base para as discussões em cada entidade, avaliando inclusive se devemos manter uma Pauta com esta quantidade de itens ou devemos tentar enxugá-la, sem perder o essencial das reivindicações. Na Assembléia da Adunicamp a se realizar na próxima quinta feira, 27 de março, estaremos discutindo esta questão. Apresentamos em anexo a Pauta Complementar de 2002 para que os docentes possam ir refletindo sobre cada item e sobre as táticas que devemos adotar nesta data base de 2003.

Além disto, o Fórum faz o indicativo de um Ato de Lançamento da Campanha Salarial no próximo dia 10 de abril, com paralisação e discussões sobre modos de mobilização para a campanha.

Pauta Complementar de 2002

1. Pagamento aos docentes e funcionários do Centro Paula Souza do reajuste dessa data-base e também dos referentes às datas-base de 1996 a 2001;
2. Ampliação da assistência estudantil nas três Universidades;
3. Contratação em tempo integral de professores e funcionários, por concurso público, para reposição e ampliação do quadro das Universidades; fim das contratações precárias e temporárias de docentes e funcionários;
4. Fim das terceirizações; contratação de funcionários regulares para executarem aqueles serviços;
5. Expansão de vagas em cursos regulares de graduação, com financiamento adicional para a manutenção da qualidade do ensino, expansão proporcional do quadro docente e do apoio técnico-administrativo, de salas de aula e demais instalações didáticas e de pesquisa;
6. Que o CRUESP se comprometa a atuar conjuntamente com o Fórum das Seis durante a discussão e elaboração da LDO na AL, com vistas a obter, entre outras providências a complementação de verbas para pagamento de aposentados (com a manutenção destas nas folhas de pagamento das universidades), para ampliação de vagas e do quadro efetivo das Universidades estaduais, de modo a manter a qualidade do ensino, pesquisa e extensão; ampliação dos recursos para 11,6% do ICMS;
7. Recuperação do atendimento de boa qualidade nos Hospitais Universitários, com a necessária contratação de médicos e funcionários, preservando-os sob responsabilidade das universidades e inseridos no SUS;
8. Fim de toda perseguição política nas Universidades, com readmissão de demitidos políticos e a suspensão imediata de processos disciplinares e legais de origem política contra estudantes, funcionários e organizações sindicais;
9. Abertura de todos os dados e contas das fundações privadas associadas ou conveniadas com as Universidades Estaduais;
10. Manutenção das reuniões periódicas da comissão Cruesp/Fórum das Seis de acompanhamento de verbas e salários.

Agenda da Data-base de 2003

- | | |
|--|---|
| 20/03: Fórum define a pauta conjunta | até 23/04: Reunião de negociação com o CRUESP |
| 02/04: Fórum protocola a pauta no CRUESP | 28-30/04: Assembléias de todas as entidades |
| 10/04: Lançamento da Campanha Salarial | 02/05: Reunião do Fórum das Seis |

CARTA DE TERESINA



Às vésperas de mais um anunciado holocausto promovido pela necessidade do capital imperialista de reconstituir seus lucros e avançar numa ainda maior concentração de poder econômico e militar, no controle geopolítico sobre as fontes petrolíferas e toda a região do Oriente Próximo, via imposição de uma guerra covarde e genocida, 356 delegados e observadores, representando 67 (sessenta e sete) Seções Sindicais reuniram-se, no 22º CONGRESSO do ANDES-SN, em Teresina, Piauí, de 8 a 13 de março de 2003, para aprovar o Plano Geral de Lutas do Sindicato, frente aos imensos desafios colocados pela conjuntura nacional e internacional.

Mais do que nunca é preciso dar à palavra mudança o significado de transformação social. A postura de autonomia sindical é essencial para o desenvolvimento da luta.

O 22º CONGRESSO do ANDES-SN reafirmou sua solidariedade internacionalista ao povo do Iraque, à heróica luta do povo palestino, exemplo histórico de resistência popular antiimperialista e à luta de todos os povos latino-americanos, em especial, neste momento, com os trabalhadores da Argentina, Bolívia e Venezuela que, resistindo à ofensiva do capital e aos golpes imperialistas, apontam uma perspectiva de transformação revolucionária que abre uma nova etapa da luta pela unidade socialista da América Latina.

O balanço realizado no 22º CONGRESSO confirma o quadro de crise generalizada no mundo e, em especial, na América Latina, território onde se realizam profundos processos da luta das massas contra a exploração capitalista e as avassaladoras investidas imperialistas para impor o domínio americano sobre todos os povos, classes trabalhadoras e nações. A implementação das políticas neoliberais, cujo cerne é a retirada de direitos dos trabalhadores, é viabilizada pelas chamadas reformas do Estado.

Essas políticas vêm, há mais de uma década, se traduzindo em abertura desregrada das fronteiras nacionais, perda do patrimônio nacional, privatizações, desarticulação das cadeias produtivas, endividamento externo, aprofundamento da dependência. As contra-reformas empreendidas por FHC trouxeram consequências dramáticas: desemprego, trabalho precário, destruição dos serviços públicos, ataques a direitos e conquistas históricas dos trabalhadores. O que surpreende é que hoje se pretenda, como ontem, com Collor e FHC, fazer do funcionalismo público o responsável pela crise que vivemos, desviando a atenção dos verdadeiros responsáveis pela secular exploração e opressão do nosso país, a saber, o grande capital internacional, sobretudo fi-

nanceiro, suas instituições e seus aliados e as classes dominantes brasileiras.

As políticas e medidas até aqui anunciadas pelo governo, na continuidade da Carta aos Brasileiros (Julho de 2002), de manutenção do acordo de agosto/2002 com o FMI (firmado por FHC), de constituição de um ministério a que são alçadas figuras empresariais como Henrique Meirelles, Luiz F. Furlan e Roberto Rodrigues chocam-se frontalmente com as aspirações dos trabalhadores responsáveis pela vitória eleitoral.

Premido pela expectativa popular e pelo protagonismo das massas, por um lado, e pelas exigências ditadas pelo imperialismo, por outro, o governo atual aplica e aprofunda a política macroeconômica dos que foram derrotados nas urnas, em 2002: continuidade do pagamento da dívida externa, elevação do superávit fiscal primário para 4,25% do PIB, elevação da taxa básica de juros para 26,5% e, sobretudo, a continuidade da política salarial e das reformas indicadas por FHC. Nenhuma política econômica foi alterada. Todas foram reforçadas.

No centro da continuidade das "reformas", está a da Previdência. O governo acaba de anunciar a urgência na votação do PLP 09/99, pressionando o Congresso Nacional para acelerar a sua tramitação. A eventual aprovação do PLP regulamentaria os dispositivos da EC nº 20/98, que fixa um teto para a aposentadoria dos servidores e introduz a Previdência Complementar Privada. O caminho da privatização integral da Previdência estaria aberto, bem como se estabeleceria um vasto terreno de rapina para as seguradoras. A esta política o povo brasileiro já disse NÃO repetidas vezes, inclusive nas eleições de 2002.

Eis porque nos negamos a abrir mão do direito de estabelecer nossas pautas de reivindicações, de organizar a luta pelo seu cumprimento e negociar com governos e patrões a partir delas. E não reconhecemos como instância de negociação o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, instrumento privilegiado para a elaboração e legitimação de medidas que tentam suprimir o inalienável direito dos trabalhadores de lutarem e negociarem a partir dos interesses exclusivos da classe. Ao tentar-se diluir estes interesses, no âmbito de um ilusório bem comum social, ataca-se não só a independência dos sindicatos, mas a base da própria democracia, a saber, o direito de livre expressão política dos interesses de classes contraditórios e antagônicos. A composição do CODES, feita por indicação governamental e sem qualquer consulta à sociedade, com uma esmagadora maioria das classes patronais, de empresários, membros do governo e de ONGs, con-

tra uma pequena minoria de representantes dos trabalhadores, indica o seu caráter legitimador das propostas que visam à destruição das conquistas sociais e democráticas das maiorias populares. Por isto, votamos que a CUT, Central única dos Trabalhadores, à qual estamos filiados, saia do Conselho. Por isto, dizemos: negociação, sim; pacto social, não!

O 22º CONGRESSO do ANDES-SN expressou sua firme convicção de que o povo trabalhador não abrirá mão da vitória obtida contra FHC, em 2002, e não aceitará que os derrotados e os exploradores sigam ditando a política do país. Nós, docentes das universidades brasileiras, temos completa confiança em que, ao lado dos demais trabalhadores, saberemos dar seguimento às vitórias de 2002, agora pelo método da luta cotidiana, fundada na independência e autonomia de nossas entidades.

Organizamos, desde já, nesse espírito, a resistência ao PLP 09/99 para barrar sua tramitação e conquistar sua retirada. Para tanto, o 22º CONGRESSO do ANDES-SN encaminha para apreciação das suas Seções Sindicais o indicativo de greve com o conjunto dos servidores públicos do país. O 22º CONGRESSO compreende que esta luta diz respeito ao conjunto dos trabalhadores, particularmente aos servidores públicos, razão pela qual o movimento docente irá se empenhar no fortalecimento da articulação com as demais categorias dos servidores, em âmbitos federal, estadual e municipal e exigirá que a CUT tenha papel relevante na organização da luta.

O lugar estratégico que devem ocupar a luta sindical e as tarefas do sindicalismo classista, independente e autônomo, assume, portanto, um caráter necessário, urgente e vital. Não podemos somente reagir a medidas encaminhadas e aprovadas ou legitimar propostas de reforma. O papel do sindicalismo classista e combativo é agir, barrar, impor derrotas à pretensão do capital de fazer dos países endividados os financiadores da guerra e fazer dos direitos duramente conquistados, em anos de luta, fonte de lucros do capital especulativo. Contra o discurso que pretende que o sindicalismo rebaixe suas bandeiras e abra mão de seus meios de luta, sob pena de incorrer em "corporativismo", reivindicamos para os trabalhadores a vigência da organização de classe independente.

Ao discutir seu Plano de Lutas, o ANDES-SN reafirma suas bandeiras históricas: contra as guerras imperialistas; Contra a militarização da América Latina e a política imperialista em todo o mundo; Contra a entrega da Base de Alcântara; Não à ALCA e OMC; Por um plebiscito oficial sobre a ALCA; Pela retirada do governo brasileiro das negociações da ALCA; Contra a Reforma da Previdência, em defesa da previdência pública, solidária, em regime de repartição; Não ao PLP 09/99 ou qualquer reforma que institua a previdência complementar e os fun-

dos de pensão; Em defesa da educação pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada, em todos os níveis, e dos serviços públicos em geral; Pela liberdade de organização e prática sindicais; Pela recuperação de perdas históricas e estabilidade no emprego; Reajuste salarial já! Fora o FMI! Não ao pagamento da dívida externa; Reforma agrária sob controle dos trabalhadores; Contra as reformas que atacam as conquistas e as condições de vida dos trabalhadores; Contra as "reformas" e pactos que retirem direitos dos trabalhadores; Negociação, sim, pacto social, não; Pela reestatização das empresas privatizadas; Contra a participação no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social; Não à autonomia do Banco Central; Fora Israel dos territórios ocupados da Palestina.

O 22º CONGRESSO aprofundou a discussão da nossa organização democrática e aprovou alterações estatutárias como a criação das Seções Sindicais Multiinstitucionais, no sentido de ampliar e fortalecer a organização na base e ampliar as possibilidades de sindicalização dos que vêm sofrendo a forte investida da superexploração do trabalho docente nas instituições particulares de ensino.

As políticas sociais aprovadas no 22º CONGRESSO apontam, ainda, para a defesa da educação pública, gratuita, laica, socialmente referenciada, indicam o PNE da sociedade brasileira como parâmetro para as definições na política educacional, defendem o projeto de universidade do ANDES-SN, historicamente construído pelo Movimento Docente, que prevê a autonomia universitária, segundo o Artigo 207 da Constituição Federal, o financiamento público para a educação pública, a carreira e política de capacitação docente. Apontam também a rejeição do Projeto de Lei de Inovação Tecnológica.

Com esta orientação, o ANDES-SN continuará participando das lutas internacionais e nacionais contra a ALCA e a OMC e contra a mercantilização dos serviços públicos. Participará da CNESF e entrará nos congressos estaduais e nacional da CUT para que esta adote um preciso programa e plano de lutas contra as reformas de destruição dos serviços públicos, impulsionando, assim, a perspectiva classista e combativa do sindicalismo, no Brasil, colocando-nos na primeira fileira dos que buscam fazer com que o sentido da mudança seja o das transformações sociais.

A população brasileira indicou, claramente, sua vontade de alterar as condições políticas e sociais que vêm, secularmente, destruindo e negando sua possibilidade de existência. O ANDES-SN reafirma a necessidade e o desejo de ser sujeito histórico ativo nas lutas pelo processo de transformação social.

TERESINA, 13 DE MARÇO DE 2003